

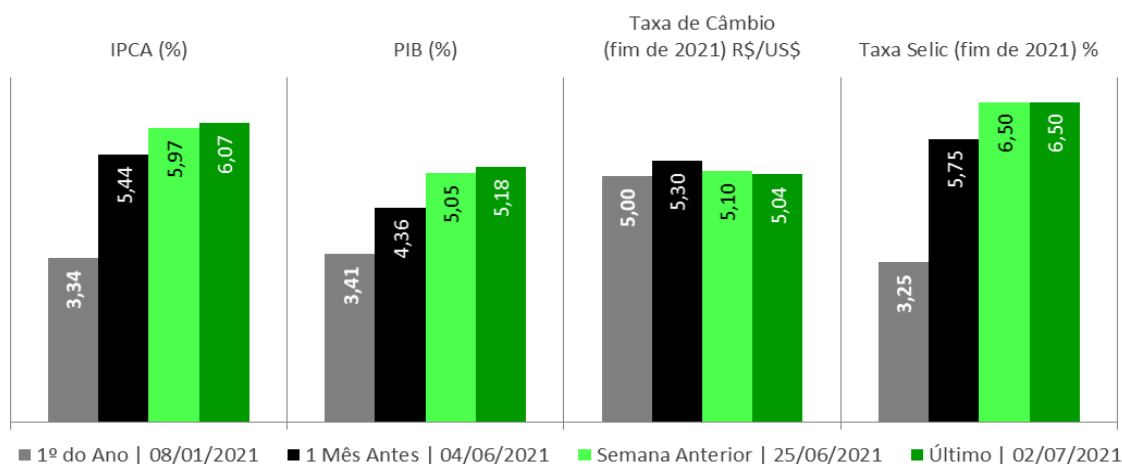
MERCADO AGROPECUÁRIO

1. Boletim Focus projeta IPCA acima de 6% para 2021. O PIB deverá crescer 5,18% com a taxa de câmbio ao final do ano próxima de R\$/US\$ 5.
2. IPCA sobe 0,53% em junho, puxado pela alta da energia elétrica.
3. Reforma Tributária do Imposto de Renda impactará os produtores rurais brasileiros.
4. Crescimento da produção de grãos e capacidade de armazenagem no Brasil estão em descompasso.
5. Crescem as importações brasileiras de grãos no primeiro semestre de 2021.
6. Conab reduz a estimativa de produção da safra brasileira de grãos.
7. Análise conjuntural de açúcar e etanol .
8. Leilão GDT aponta queda generalizada nas cotações internacionais dos derivados.
9. Demanda pressiona preços dos derivados e indústrias seguem com estoques elevados.
10. Exportações de carne bovina apresentam em junho melhor desempenho do ano.

- Indicadores Econômicos -

Expectativas de Mercado – PIB se aproxima de 5,2% e IPCA é projetado acima de 6% para o final de 2021. O Boletim Focus, divulgado no dia 2/7, apresentou revisões importantes nas previsões para os principais indicadores econômicos ao final de 2021. Segundo o relatório, o PIB deverá atingir 5,18% de crescimento em 2021. A taxa de crescimento segue sendo revisada para cima devido aos bons resultados da economia nos últimos meses. Para 2022, a previsão permanece praticamente estável, saindo de 2,11% para 2,10%, evidenciando a recuperação do País após a crise econômica e sanitária da covid-19. A projeção do IPCA ao final do período superou os 6%, e foi revisada para 6,07%, 0,1 p.p. acima da projeção anterior. A taxa de câmbio (final do período) segue sendo revisada para baixo, e agora está em R\$/US\$ 5,04 - 26 centavos abaixo da projeção feita há 30 dias.

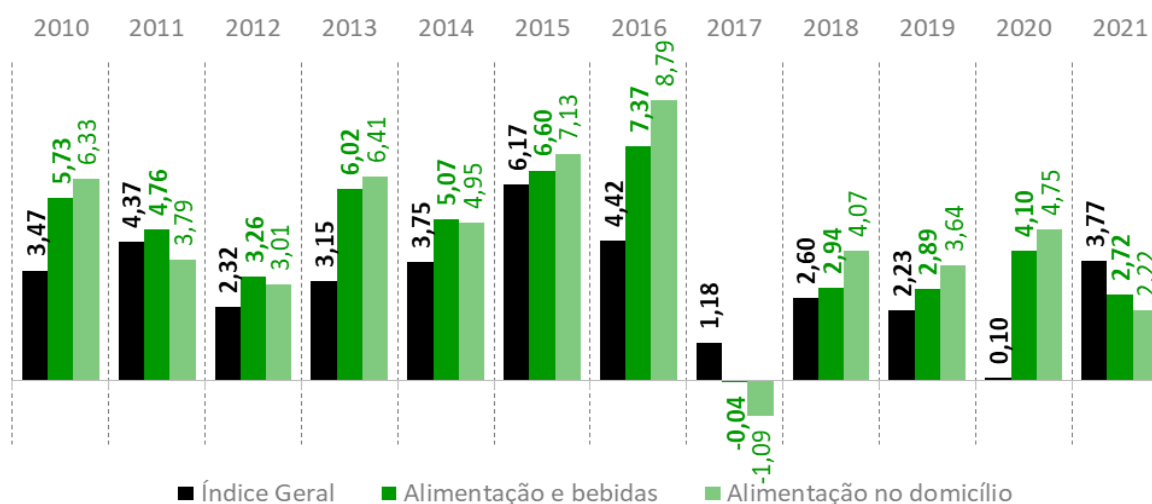
Expectativas medianas para algumas datas selecionadas



Fonte: Banco Central do Brasil - Elaboração: Dtec/CNA.

IPCA tem alta de 0,53% em junho, o maior resultado para o mês desde 2018 (1,26%) – Com isso, a inflação acumula alta de 3,77% no ano e 8,35% nos últimos 12 meses. A inflação, medida pelo IPCA, desacelerou o crescimento para 0,53% em junho, depois de registrar alta de 0,83% em maio. Em junho de 2020, a taxa mensal foi de 0,26%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, apenas comunicação registrou queda no mês. No acumulado nos últimos 12 meses, o IPCA registra alta de 8,35%, ficando acima da meta de inflação para 2021 (3,75%). No caso de alimentos e bebidas, a alta acumulada em 12 meses é de 12,6% e de 15,3% para alimentação no domicílio. Os preços de alimentos vêm registrando expressivo arrefecimento quando comparados a 2020. No acumulado do ano, o grupo alimentos e bebidas registra alta de 2,72%, contra 4,10% em igual período de 2020. No caso de alimentação no domicílio, a alta é de 2,22% ante 4,75% na mesma base de comparação.

IPCA – Índice Geral e Grupos – Acumulado no Ano (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: DTEC/CNA.

Reforma Tributária do Imposto de Renda impactará os produtores rurais brasileiros – O Projeto de Lei 2337/2021 busca promover alterações no imposto de renda. Dentre os principais impactos aos produtores rurais pessoas físicas, destacamos que o reajuste não linear da tabela progressiva do imposto de renda pessoa física deverá prejudicar os produtores que possuem rendimentos médios

mensais superiores a R\$ 2,5 mil. Além disso, a previsão da imposição do limite de R\$ 40 mil de rendimentos anuais para se utilizar do desconto simplificado prejudicará parcela significativa de produtores, uma vez que, aproximadamente, 88 mil destes se beneficiam do regime tributário. Outro ponto negativo do projeto para o setor é a tributação incidente sobre os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), criado pela Lei 14.130/2021. Atualmente, estes investimentos são desonerados, embora, a atual desoneração deve sofrer impactos no futuro por força da Emenda Constitucional 109/2021. As alterações propostas sobre as pessoas jurídicas e nos investimentos financeiros também foram objeto de análise CNA, entretanto, com menores impactos aos produtores rurais. Nos próximos dias, divulgaremos a nota técnica com todos os detalhes da proposta.

- Mercado Agrícola –

Produção de Grãos e Armazenagem – Crescimento da produção de grãos é 30% maior que crescimento da capacidade de armazenagem. Em gráfico animado, disponível no canal do Youtube do Sistema CNA/Senar, fica claro que a evolução da capacidade estática de armazenagem não acompanha a produção de grãos, principalmente a partir do ano 2000. Como consequência, há a disseminação do uso de silos bags a partir de 2003. Enquanto a produção de grãos aumentou 420% desde 1980, a capacidade de armazenagem cresceu 324% no mesmo período. O resultado mostra que a capacidade de armazenagem corresponde a 63% da produção de grãos, o que reforça a necessidade de políticas que estimulem a construção de armazéns, em especial nas propriedades rurais, como a linha de crédito do PCA. Assista [clitando aqui](#).

Grãos – Crescem as importações brasileiras no primeiro semestre de 2021 de milho, arroz e trigo. Nos primeiros seis meses deste ano foram importados 937 mil toneladas de milho, o dobro do volume importado em 2020. O Paraguai foi o principal fornecedor, com 90% do volume embarcado. No mês de junho, o milho oriundo da Argentina ganhou espaço e respondeu por 82% das 116 mil toneladas importadas durante o mês. Já as importações de arroz aumentaram 25% (base casca), somando 598 mil toneladas no primeiro semestre de 2021. O arroz já beneficiado é a maior parte do volume comprado. Quanto ao trigo - o cereal mais importado pelo Brasil - houve um recuo de 5,1% no primeiro semestre, acumulando 3,3 milhões de toneladas importadas.

Grãos – Conab reduz a estimativa de produção da safra brasileira. De acordo com o [10º levantamento de safra](#) da Conab, divulgado no dia 8/7, a produção brasileira de grãos está estimada em 260,8 milhões de toneladas, redução de 1,3 milhão de toneladas em relação à estimativa anterior. No levantamento, novamente a produção foi reduzida para o milho 2ª safra, que está estimada em 66,9 milhões de toneladas, inferior à estimativa de junho em três milhões de toneladas. A produção total de milho em 2021 está calculada em 93,4 milhões de toneladas, queda de 9,2 milhões de toneladas em relação à 2020. Por outro lado, a estimativa de produção de trigo surpreendeu positivamente. A Conab estima uma produção de 8,4 milhões de toneladas, superior em 1,5 milhão de toneladas à estimativa anterior e 33% maior que a da safra 2019/20. Apesar das revisões, a oferta de grãos brasileira ainda é recorde e representa um crescimento de 3,7 milhões de toneladas em relação à safra passada.

Cana-de-açúcar – Análise conjuntural de açúcar e etanol. Segundo o [Agromensal de açúcar](#), a produção de açúcar na primeira quinzena de junho somou 2,19 milhões de toneladas, recuo de 14,35% em relação ao mesmo período da safra passada. No mercado internacional, a sinalização de menor produção brasileira - devido à ocorrência de geadas no Centro-Sul - e a possibilidade da Índia antecipar o aumento de 20% de etanol na gasolina para 2023 foram os principais impulsionadores de

preço. O reflexo foi aferido no mercado interno. O indicador Cepea/Esalq atingiu maior patamar nominal de toda a série histórica, ultrapassando R\$ 117/saca de 50 kg. Os bons preços ampliaram a média mensal para R\$ 116,36/saca, que superou maio de 2021 em 1,1% e junho de 2020 em 52,6%. Já na [análise de etanol](#), o Cepea mostra redução na venda total de etanol hidratado, que foi 33% inferior a maio/21. A redução na demanda tem repercutido nos preços. Em junho, a média dos indicadores Cepea/Esalq semanais de etanol hidratado foi de R\$ 2,9/litro e R\$ 3,35/litro de etanol anidro, recuos de 1,3% e 1,62%, respectivamente. A relação média entre os preços do biocombustível e o combustível fóssil segue superior a 70% em todos os estados do Centro-Sul do Brasil.

- Mercado Pecuário –

Pecuária de leite – Leilão GDT aponta queda generalizada nas cotações internacionais de derivados.

No evento, realizado em 6/7, houve redução expressiva nos valores negociados dos principais produtos lácteos, sinalizando reversão no cenário de alta a partir de maio desse ano. O leite em pó foi comercializado a US\$ 3.864 por tonelada, queda de 3% ante o evento anterior, movimento seguido pelos demais derivados. Foram observadas quedas ainda mais expressivas para o leite em pó desnatado (-7%), de -3,2% para a manteiga e -9,2% para o queijo cheddar, maior desvalorização entre os derivados. O volume comercializado foi superior em 12,8% ante ao evento anterior, totalizando 24,2 mil toneladas, o que ajuda a explicar o cenário baixista. A entrada da safra neozelandesa tem contribuído para elevar a oferta e pressionar as cotações internacionais.

Pecuária de leite – Demanda pressiona preços dos derivados e indústrias seguem com estoques elevados.

A situação econômica da população, com desemprego recorde do primeiro trimestre de 2021 (14,7% - IBGE), tem dificultado o repasse do aumento de custos com a matéria prima pelas indústrias. Mesmo com novas projeções positivas para o PIB brasileiro até o final de 2021, que deverá alcançar os 5,5%, e com o anúncio da renovação do auxílio emergencial até outubro, a solidez na demanda repousa ainda sobre aspectos mais práticos da retomada da economia. Notadamente ainda há restrições na mobilidade urbana e importantes canais de escoamento seguem com atuação reduzida como restaurantes e *food services*, algo que apenas o avanço da vacinação deverá mitigar. Nesse contexto, as indústrias têm relatado compras à conta gotas pelo varejo e a preços 6,5% menores ante o mês anterior, com o muçarela cotado à R\$ 26,20/kg. Esse cenário exerce pressão sobre os estoques industriais. Levantamento realizado pelo MilkPoint Mercado aponta que diversas indústrias (importante fatia de 16% de todo o muçarela nacional) trabalham com 21,6 dias de produção estocada, 60% a mais do que em igual período de 2020.

Pecuária de corte – Exportações de carne bovina apresentam em junho melhor desempenho do ano.

O comércio exterior de carne bovina apresentou, em junho, o melhor desempenho mensal, com escoamento de 164,2 mil toneladas ao mercado externo, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior. O montante representa crescimento de 9,2% ante o mês anterior e queda de 6,2% perante igual período de 2020. Na parcial de 2021, as exportações da proteína vermelha acumulam 873,9 mil toneladas, algo em torno de 3,6% a menos que no mesmo período do ano anterior. O menor escoamento externo está ligado ao menor volume de abates apresentado em 2021. A queda na oferta de animais para abate, pontuada pelo IBGE, é resultado da retenção de matrizes dado o bom momento de preços da reposição.

CONGRESSO NACIONAL

1. CNA defende instituição de marco regulatório para a mini microgeração distribuída de energia elétrica na Comissão de Defesa dos Direitos dos Consumidores da Câmara dos Deputados.
2. CAPADR rejeita PL 597/2019, que almejava sustar as normativas que regem a qualidade do leite nacional.
3. Avança PL nº 6388/2019, que concede desconto de 30% na tarifa de energia de produtores e cooperativas de leite.
4. CNA trabalhou para rejeição do PL 6.543/2016, que previa o aumento do valor do Imposto Territorial Rural (ITR).
5. PLP nº 5/2021 – Prorrogação de incentivos fiscais.
6. Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para a próxima segunda-feira (12/7) a votação do relatório preliminar.
7. Câmara e Senado - Previsão de pauta para a próxima semana.

Energia PL nº 5.829/2019 - CNA defende instituição de marco regulatório para a mini microgeração distribuída de energia elétrica na Comissão de Defesa dos Direitos dos Consumidores da Câmara dos Deputados. O assunto foi debatido em [audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados](#), que tratou do Projeto de Lei nº 5.829/19, que institui o marco regulatório da minigeração e microgeração de energia distribuída no Brasil. A CNA apresentou a importância da segurança jurídica para que os produtores possam continuar investindo na geração própria, utilizando das fontes renováveis, que possuem como benefícios: autonomia e previsibilidade em relação às variações de preço da energia, possibilidade de uso de resíduos e coprodutos da atividade principal, melhoria da qualidade da energia, ampliação do acesso a informações e novas tecnologia e por consequência redução dos custos de produção. A CNA foi representada pelo coordenador de Produção Agrícola, Maciel Aleomir da Silva.

Câmara dos Deputados – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) aprovou parecer contrário ao Projeto de Decreto Legislativo - PDL nº 597/2019. O PDL, que almejava sustar os efeitos da Instrução Normativa nº 76 do Ministério da Agricultura, sobre a qualidade do leite nacional, foi rejeitado pela CAPADR, no dia 7/7. O relator, deputado federal Domingos Sávio (PSDB/MG), entendeu que a segurança alimentar e inocuidade do alimento passam pelo tratamento regulatório, e o setor como um todo têm se comprometido com sua aplicação, dada a necessidade de modernização e atendimento às exigências do consumidor. A CNA trabalhou pela aprovação do parecer contrário ao Projeto de Lei, haja vista que há muito se busca o avanço na qualidade do leite nacional, tendo havido tentativas de modernização do regramento, com sucessivas prorrogações na entrada em vigor das normativas anteriores. O PL segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Câmara dos Deputados – Projeto de Lei que estabelece desconto na tarifa de energia é aprovado na CAPADR. O [PL nº 6.833/2019](#), do deputado federal Adriano do Baldy (PP/GO), almeja estabelecer desconto de 30% na tarifa de energia para a produção, armazenagem e beneficiamento de leite in natura, válido para produtores e cooperativas. Com relatoria do deputado federal Celso Maldaner (MDB/SC), a compensação para o desconto terá lastro em recursos da Conta do Desenvolvimento Energético, encargo embutido na conta de luz dos brasileiros, que subsidia políticas públicas. O

projeto tramita em caráter conclusivo e será ainda apreciado pelas Comissões de Minas e Energia, Finanças e Tributação e Constituição, Justiça e Cidadania.

Comissão rejeita Projeto de Lei sobre ITR – No dia 7/7, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR) rejeitou o [Projeto de Lei nº 6.543/2016](#), que cobra em duplicidade o ITR de propriedades rurais com mais de 15 módulos fiscais que mantiverem, por dois anos consecutivos, graus de utilização da terra inferiores a 50%. A CNA foi favorável ao parecer do relator pela rejeição do Projeto de Lei, já que o principal objetivo do ITR é desestimular a manutenção de propriedades agrárias improdutivas, que não cumpram a sua função social, e, atualmente, já está previsto na Lei 9.393/1996 tal situação. Dessa forma, a maneira como a lei está estruturada e a previsão de alíquotas crescentes em caso de propriedades improdutivas, já é suficiente para inibir a manutenção das grandes propriedades improdutivas no Brasil. O projeto será ainda analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para, em seguida, seguir para votação no Plenário da Câmara.

PLP nº 5/2021 – Prorrogação de incentivos fiscais. Os produtores rurais foram inseridos, no dia 7/7, no [Projeto de Lei Complementar \(PLP\) nº 5/2021](#), que prorroga por 15 anos os incentivos fiscais concedidos pelos estados e Distrito Federal para empresas comerciais. A CNA trabalhou pela inclusão do segmento de produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura, concedendo ao setor igual tratamento que se objetiva ao comércio. O PLP foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) na Câmara dos Deputados.

Orçamento – LDO - A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para segunda (12/7) a votação do relatório preliminar ao [Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, PLN nº 3/21](#), do deputado federal Juscelino Filho (DEM/MA). Como as emendas ao texto da LDO só podem ser entregues após a votação do relatório preliminar, o prazo para sua apresentação foi prorrogado até quarta (14/7), ao meio-dia.

Câmara e Senado - Previsão de pauta para a próxima semana. Na próxima segunda (12/7), a CNA participará de uma reunião virtual no Senado Federal sobre Política Nacional de Irrigação: Fixação do homem no campo e desenvolvimento regional. Na quarta-feira (14/7), a CNA participará de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária. Na sexta-feira (16/7), a CNA participará de audiência pública extraordinária (virtual) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados para debater com o Governo as propostas que o Brasil levará a COP26. O encontro contará com a presença da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e a CNA será representada pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (Faea), Muni Lourenço Silva Júnior. Na próxima semana, o plenário da Câmara dos Deputados poderá deliberar sobre requerimento de urgência para a tramitação do PL nº 2.633/20, que trata da regularização fundiária. Ainda na pauta, deverá permanecer o PL nº 827/2020, que dispõe sobre as medidas de desocupação no período de pandemia.

INFORME SETORIAL

1. CNA e entidades do agro se reuniram com o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, para discutir demandas de financiamento do setor agropecuário.
2. CNA se reuniu com ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e a diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil para debater priorização de investimentos em estruturas de armazenagem.
3. Ministério da Infraestrutura realizou, no dia 8/7, o Leilão da BR-163/230 (MT/PA), com proposta vencedora apresentado deságio de 8,09% na tarifa base.
4. CNA discutiu Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja.
5. Mapa atualizou zoneamento agrícola do sorgo granífero e forrageiro para a safra 2021/22.
6. Ministério de Minas e Energia abriu consulta pública para revisão das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa no âmbito do Renovabio.
7. Mapa atualizou requisitos fitossanitários para a importação de sementes de melancia produzidas na Índia.
8. Mapa publicou descritores mínimos para fins de proteção de cultivares de tomate.
9. Secretaria de Defesa Agropecuária abriu consulta pública para estabelecimento dos padrões de identidade e qualidade de vinhos, sucos de uva e derivados.
10. Nestlé e Embrapa firmaram parceria para produção de leite carbono neutro.
11. Embrapa lança Anuário do leite 2021.
12. CNA debateu metodologia de cálculo do Valor da Terra Nua para fins do ITR e demarcação de Terras Indígenas.
13. CNA promoveu encontro entre diplomatas do setor agropecuário do Brasil.
14. Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental inicia sua discussão no Senado Federal com a contribuição da CNA à relatoria da matéria.

Crédito Rural – O presidente da CNA, João Martins, participou de [reunião com entidades do agro](#) e com o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, para discutir demandas do setor agropecuário à instituição financeira, que passa a acessar recursos da equalização de taxas de juros na safra 2021/2022. O presidente da Caixa afirmou que a instituição financeira ofertará R\$ 35 bilhões em crédito rural na safra 2021/2022, dos quais R\$ 7,37 bilhões contam com equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional. Além disso, afirmou que a Caixa abrirá 80 agências especializadas em agronegócio e tem buscado conhecer todas as cadeias de produção para ampliar, significativamente, a sua atuação no setor nos próximos dois anos. As entidades destacaram as principais demandas por segmento ao presidente da Caixa. O presidente da CNA destacou que a entrada da Caixa na concorrência pela equalização de taxa de juros é muito positiva para a promoção de melhorias no acesso ao crédito, especialmente de pequenos e médios produtores, além das finalidades de investimento que são prioritárias para o setor, como estruturas para irrigação, armazenagem e práticas conservacionistas de uso da terra.

Armazenagem – CNA e entidades do agro se reuniram com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil para debater priorização de investimentos em estruturas de armazenagem. Na reunião, o Banco do Brasil reafirmou o seu compromisso de ampliar o financiamento em estruturas de armazenagem e se comprometeu a avaliar as demandas levantadas pelas entidades que têm o objetivo de melhorar o fluxo de contratações, como a flexibilização de garantias (utilização do instituto do

patrimônio rural em afetação, criado pela Lei 13.986/2020, revisão da Resolução 4.883/2021-CMN), a exigência de duplicidade de certidões em relação a outros financiamentos que os produtores já tomam com o banco e adequação das condições de financiamento a cada porte de produtor.

Concessão Rodoviária – Ministério da Infraestrutura realizou o Leilão da BR-163/230 (MT/PA), no dia 8/7, com proposta vencedora apresentado deságio de 8,09% na tarifa base. O consórcio Via Brasil 163, única interessada, arrematou o leilão, com proposta de pedágio de R\$ 0,07867/km (para veículos e passeio). O critério do certame foi o de menor tarifa de pedágio. A concessão, de 10 anos, prorrogáveis por mais dois, terá como objetivo a manutenção e adequação das vias existentes, de maneira a garantir o escoamento de grãos do Centro-Oeste para os portos do Arco Norte. Estimam-se investimentos de R\$ 1,8 bilhão, que incluem a construção de 42 km de faixas adicionais, 30 km de vias marginais, acessos aos terminais portuários (Miritituba/PA, Santarenzinho/PA e Itapacurá/PA) e implantação de 340 km de acostamentos. Atualmente, a rodovia transporta 14 milhões de toneladas de soja e milho. A previsão é de crescimento anual de três milhões de toneladas movimentadas, somando 40 milhões de toneladas no final da concessão. A boa condição da estrada, que já mostra sinais de desgaste, dependerá dos investimentos privados, resultantes do pedágio.

Soja - CNA e Federações discutem Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja. [A Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas](#) da CNA se reuniu na quarta (7/7) para discutir o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, atualizado pela Portaria nº 306/2021, do Ministério da Agricultura. De acordo com a portaria, as revisões estaduais do calendário de plantio de soja deverão ser enviadas até 31 de julho de 2021. O objetivo foi discutir a evolução dos trabalhos estaduais e tirar dúvidas com representantes da Embrapa. Durante a reunião, os integrantes da Comissão também debateram o andamento das discussões sobre a regulamentação de uso de herbicidas relacionados aos novos eventos transgênicos de soja com resistência à Dicamba e 2,4D.

Sorgo - Mapa atualiza zoneamento agrícola do sorgo granífero e forrageiro para a safra 2021/22. Com a publicação das portarias nº 303 a 350, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) da cultura está atualizado em todos os estados brasileiros para a safra 2021/22. A novidade é a publicação específica para o sorgo granífero e atualizações dos coeficientes da cultura pela Embrapa. O zoneamento indica as melhores épocas de plantio de sorgo para os diferentes tipos de solo, levando em conta o ciclo das diferentes cultivares. As informações de risco servem como base para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e para o Programa de Seguro Rural (PSR).

Biocombustíveis - Ministério de Minas e Energia abre consulta pública para revisão das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa no âmbito da Lei do Renovabio. Por meio da [Portaria 532/2021](#), o Ministério de Minas e Energia divulga, para Consulta Pública, propostas referentes às metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis, para o decênio de 2022 a 2031. Conforme o disposto, as metas serão definidas em regulamento, considerando a melhoria da intensidade de carbono da matriz brasileira de combustíveis ao longo do tempo, observados os critérios de proteção do consumidor, disponibilidade de oferta, valorização dos recursos energéticos, evolução do consumo nacional e impacto dos preços, além dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. A Consulta Pública permanecerá aberta durante 30 dias contados a partir de 7/7, data de publicação da Portaria.

Frutas - Mapa atualiza requisitos fitossanitários para a importação de sementes de melancia produzidas na Índia. Por meio da [Portaria 344/2021](#), a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa) estabeleceu os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de melancia (*Citrullus lanatus*), Categoria 4 Classe 3, produzidas na Índia. De acordo com os

requisitos indicados, o envio das sementes deverá ser feito acompanhado de Certificado Fitossanitário, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária (ONPF) da Índia. Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso, bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Mapa. Caso haja interceptação de pragas quarentenárias ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o embarque poderá ser suspenso, assim como suspender as importações de sementes de melancia até a revisão da Análise de Risco de Pragas. A portaria entra em vigor no dia 2 de agosto de 2021.

Hortalças - Mapa publica descritores mínimos para fins de proteção de cultivares de tomate. O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulgou o [Ato 2/2021](#), com os descritores mínimos definidos para fins de proteção de cultivares de tomate (*Solanum lycopersicum* L.). O anexo do ato traz instruções para execução dos ensaios de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade de cultivares do tomate. O ato esclarece também a forma de amostragem e de execução dos ensaios, novidade e proteção de cultivares, sendo que, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de 12 meses, em relação à data de protocolização do pedido de proteção, e observado cumprimento do prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de quatro anos.

Frutas – Secretaria de Defesa Agropecuária abre consulta pública para estabelecimento dos padrões de identidade e qualidade de vinhos, sucos de uva e derivados. A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa) submeteu para consulta pública a minuta de Portaria e respectivos anexos que estabelecem os padrões de identidade e qualidade, bem como as regras complementares relativas à rotulagem e ao processo produtivo para os vinhos e derivados da uva e do vinho e revoga atos normativos com matérias pertinentes. A consulta foi publicada por meio da [Portaria 346/2021](#) e deve ser respondida em até 75 dias, a contar de 1º/7, data de publicação da Portaria.

Leite – Nestlé e Embrapa firmam parceria para produção de leite carbono neutro. As preocupações ambientais dos consumidores têm levado as indústrias de alimento a buscar alternativas para agregação de valor e diferenciação do produto, inclusive nas grandes multinacionais. A Nestlé firmou compromisso global para neutralizar suas emissões até 2050, com metas parciais de redução em 20%, até 2025, e 50%, até 2030. Através de quatro eixos principais, em três anos a empresa almeja converter oito propriedades fornecedoras em carbono neutro e reduzir as emissões de outras 12, utilizando-se da expertise da Embrapa em tais sistemas produtivos, capacitando seus fornecedores por meio de cursos EaD e presenciais e fomentando a atuação de *greentechs* e *cleantechs* que atuem com soluções ambientais. <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/embrapa-e-nestle-iniciam-parceria-pioneira-para-converter-propriedades-em-producao-de-leite-net-zer-226252/>

Leite – Embrapa lança anuário do leite 2021. O tradicional documento da empresa, com as principais informações do setor leiteiro, foi lançado em *live* ocorrida na segunda (5/7), com a participação de pesquisadores e do presidente da Embrapa Gado de Leite. O estudo apresenta a conjuntura enfrentada pelo setor leiteiro durante a pandemia, trazendo as mudanças nos padrões de consumo e nas propriedades rurais com o advento dos protocolos de biossegurança, as oscilações do mercado e os principais indicadores do setor. O documento pode ser acessado em <https://www.embrapa.br/documents/1355117/1528925/Anu%C3%A1rio+do+Leite+2021/8b9c6fef-fff0-e2ac-a7cd-d3fe878193ac>, e a *live* está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=vQWMGcxZC_g

Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) – No dia 5/7, a Comissão Nacional de Assuntos Fundiários discutiu a metodologia de obtenção do Valor de Terra Nua (VTN). Foi apresentado estudo comparativo do VTN com a tabela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os valores medianos das

declarações do ITR apresentados pelos municípios entre 2019 e 2020. É importante estabelecer um diálogo entre o sindicato rural e a prefeitura municipal com o objetivo de retificar alguns valores lançados de forma equivocada, apresentando um laudo técnico embasado, elaborado por profissional certificado, para contrapor possíveis abusos. Além disso, a CNA buscou o diálogo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e outros órgãos e entidades para aumentar a segurança jurídica para o produtor rural na declaração do ITR e coibir o lançamento de VTN's fora da realidade local no Sistema de Preços de Terra (SIPT) da Receita Federal (RFB). Outro ponto debatido foi o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1017365/SC, com Repercussão Geral tema 1031, sobre as demarcações de terras indígenas, que foi remarcado para discussão em plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 25/8/2021.

Reunião com os diplomatas – No dia 6/7, A CNA promoveu encontro com os adidos agrícolas que compõem o grupo Diplomatas da Agricultura do Brasil (DAB) para apresentar o trabalho do Sistema CNA/Senar. O objetivo do encontro foi debater temas essenciais para o desenvolvimento agrícola brasileiro, como o uso de tecnologias sustentáveis na produção agropecuária, as metas e acordos estabelecidos nas Conferências internacionais que serão realizadas esse ano (Cúpula dos Sistemas Alimentares e COP 26), além das legislações de regularização fundiária, licenciamento ambiental e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que precisam ser aprovadas/regulamentadas para dar segurança jurídica às atividades e empreendimentos do Brasil. O encontro teve a participação de, aproximadamente, 20 países como Holanda, Argentina, Canadá, Nova Zelândia e Dinamarca, entre outros. Participaram também como apresentadores e debatedores presidentes, vice-presidentes e diretores técnicos de Comissões e do Sistema CNA.

Licenciamento Ambiental – No dia 5/7, A CNA entregou e defendeu seu posicionamento em favor da aprovação do texto que trata da Lei Geral do Licenciamento Ambiental junto à relatora de plenário do [PL 2.159/2021](#) que trata do tema. No dia 13 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 3.279/2004, que dispõe sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Tramitando desde 2004, o texto passa a ser analisado pelo Senado Federal sob o número 2.159/2021 e cuja relatoria de plenário encontra-se designada a senadora Kátia Abreu (PP/TO). O texto aprovado avança no sentido de ser uma legislação moderna e clara que garante uma gestão ambiental da propriedade rural responsável de dentro das melhores práticas agropecuárias. Dentro os principais pontos aprovados, destacam-se: 1. Inexibibilidade de Licença Ambiental para atividades ou empreendimentos agrossilvopastoris; 2. Licença por Adesão e Compromisso; 3. Limitações de exigências descabidas aos empreendedores através de condicionantes ambientais; 4. Adequação da ação dos órgãos intervenientes. A CNA é favorável ao texto aprovado, tendo participado ativamente de sua construção.

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

- 12/07 – Reunião GT Mapa Campanha Consumo Lácteos/Mapa
- 12/07 – Reunião Comitê Consultivo Programa Mais Leite Saudável/Mapa
- 13/07 – Painel Campo Futuro Leite – Três Lagoas (MS)
- 13/07 – Painel Campo Futuro de Grãos – Castro (PR)
- 13/07 – Painel Campo Futuro de Cana-de-açúcar – Pirassununga (SP)
- 13/07 – Reunião da Comissão de Café da Faesp
- 14/07 – Conseleite - MG
- 14/07 – Reunião Grupo de Ação Leite/Mapa
- 14/07 – Reunião da Comissão Nacional de Política Agrícola
- 14/07 – Live “Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022: principais alterações para o crédito e seguro rural”
- 14/07 – Painel Campo Futuro de Grãos – Guarapuava (PR)
- 15/07 – Painel Campo Futuro de Grãos – Rio Verde (GO)
- 15/07 – Reunião da Câmara Setorial de Açúcar e Álcool do Mapa

15/07 – Painel Campo Futuro Pecuária de Corte – Londrina (PR)
15/07 – Painel Campo Futuro Pecuária de Corte – Miranda (MS)
16/07 – Painel Campo Futuro Pecuária de Corte – Paranaíba (MS)
16/07 – Painel Campo Futuro Pecuária de Corte – Naviraí (MS)
16/07 – Painel Campo Futuro de Grãos – Cristalina (GO)
16/07 – Monitor do Seguro Rural de Arroz
16/07 – Reunião do GT 3 – Cadeias Produtivas e Desenvolvimento de Fornecedores da Câmara Agro 4.0